

# MELANCOLIA, HISTERIA E O CARÁCTER OPACO DO SER HUMANO EM SØREN KIERKEGAARD

SARA CARVALHAIS DE OLIVEIRA\*

Num texto da segunda parte de *Ou/Ou*, de Kierkegaard (denominado «O Equilíbrio entre o Estético e o Ético na Formação da Personalidade»), o Juiz Vilhelm, que nela toma a palavra, referindo-se ao modo de vida de um indivíduo designado como A, diz o seguinte: «Que é, então, a melancolia [«*Tungsind*»]? É a histeria do espírito». E, um pouco mais à frente:

*Mas mesmo o homem em cuja vida o movimento acontece do modo mais tranquilo e pacífico e oportuno conservará contudo sempre um pouco de melancolia; mas isso tem conexão com algo de longe mais profundo, com o pecado original, e está em que nenhum homem pode tornar-se transparente para si mesmo. Pelo contrário, os homens cuja alma não conhece de todo a melancolia são aqueles cuja alma não pressente qualquer metamorfose. [...] pois tu supões, e de facto como muitos médicos, que a melancolia reside no corpóreo, e o que é muito estranho é que os médicos, apesar de tudo, não a consigam remover. Só o espírito é que a pode remover, pois ela reside no espírito e, quando ele se encontra a si mesmo, então desvanecem-se todas as pequenas preocupações, as razões que, para muitos (de acordo com o seu ponto de vista) evocam melancolia, que não se consiga encontrar a si mesmo no mundo, que se tenha vindo ao mundo simultaneamente tarde e cedo demais, que não se*

---

\*CLEPUL — FLUL. saracarvalhais@gmail.com. Este artigo segue o Acordo Ortográfico de 1945.

*encontre o seu lugar na vida; pois aquele que se possui a si mesmo eternamente, ele não vem ao mundo nem cedo nem tarde demais, e aquele que se tem a si mesmo na sua validade eterna encontra certamente o seu significado nessa vida*<sup>1</sup>.

Partindo deste passo de *Ou/Ou*, procurar-se-á esclarecer, muito brevemente, alguns dos elementos nele presentes ou implicados: que sentido tem o acontecimento da melancolia para que Kierkegaard parece querer apontar; de que modo ela constitui uma forma de o indivíduo estar afastado, à distância de si mesmo (isto é, de que modo a melancolia é a «histeria do espírito», o que conduz à pergunta pelo género de doença que ela constitui); como é que ela se pode erradicar; como é que subjaz sempre da melancolia um resíduo, sendo ela a um tempo erradicável e não erradicável.

Quanto ao primeiro aspecto — que é que Kierkegaard quer dizer quando fala de melancolia — note-se que o Juiz Vilhelm aponta, à compreensão do seu (como que) interlocutor («como que», pois não se trata, na realidade, de um autêntico interlocutor, por motivos que não cabe agora analisar), o erro de considerar que a melancolia «reside no corpóreo». Apesar de haver vários étimos dinamarqueses que significam melancolia, Kierkegaard usa frequentemente o termo «Tungsind», cuja composição envolve expressamente a carga anímica do próprio fenómeno que quer designar (ou seja, a alma pesada, o lastro que carrega quem dela sofre). É também este o termo utilizado na passagem inicialmente citada. Isto poderia levar-nos a pensar que Kierkegaard teria em mente a melancolia no seu carácter mais evidente: a de quem sofre, de quem sente assim, de quem carrega consigo o peso infinito de existir. E, na realidade, também é assim. No entanto, se nos centrarmos na consideração da melancolia como algo que efectivamente se sente, de que afectivamente se sofre, não somos conduzidos a um dos pontos fulcrais do texto em questão, a saber, que há uma diferença entre a melancolia como doença psicofísica e a melancolia tomada no sentido preciso para o qual o Juiz chama a atenção. Ou seja, o Juiz põe de parte a interpretação da melancolia como uma doença psicofísica — não é essa a concepção sobre a qual ele se debruça — reconduzindo-a ao campo da espiritualidade do humano. Dizendo-o de uma forma rasteira, um comprimido não neutraliza a melancolia (note-se, no sentido em questão), ainda que, eventualmente, haja algum sentimento de mal-estar a ela associado, e isto, mais uma vez, porque a melancolia é um fenómeno associado ao ser espiritual que o indivíduo é.

Sendo assim, importa fazer uma alusão àquilo que se entende por espírito. Na compreensão kierkegaardiana, expressa pelo pseudónimo Anti-Climacus na obra *A Doença para a Morte*, a noção de espírito identifica aquilo que o ser humano mais propriamente é, corresponde à sua natureza, para dizê-lo de algum modo, ou, como

---

<sup>1</sup> KIERKEGAARD, 1997b: 183-184.

explicitamente o diz o autor, é o seu eu. Na algébrica formulação de *Anti-Climacus*: «O eu é uma relação que se relaciona a si própria, ou é, na relação, que a relação se relaciona a si própria»<sup>2</sup>. Esta formulação, de resto de difícil tradução, esconde todo um novelo de implicações que não cabe agora considerar. Reduzindo-a ao seu sentido mais óbvio, significa que a constituição do si próprio como tal consiste na relação que o si estabelece consigo mesmo, e não propriamente na relação que ele imediatamente é (a relação entre o físico e o psíquico, entre a alma e o corpo, justamente). E o espírito, embora envolva o acontecimento psicofísico do humano, não se esgota nele. O ser espírito do humano tem que ver, antes, com o facto de o homem ser um acontecimento de sentido (e não uma mera «coisa» psicofísica). Ora, é neste âmbito que se situam todas as considerações de Kierkegaard. De modo que, ao considerar o sujeito da perspectiva meramente psicofísica, se perde de vista o fundamental, o que nele há de mais radical.

Por conseguinte, é no humano como acontecimento de sentido que se inscreve, também, a melancolia, e não no acontecimento psicofísico do humano. Isto significa que a melancolia (assim entendida), longe de ser uma perturbação medicável, é uma doença que inere ao espírito do humano, ou ao ser humano enquanto espírito. Tenha-se em mente que Kierkegaard (ou o Juiz Vilhelm, para o caso não importa) admite uma distinção entre um modo essencial de ocorrência da melancolia e um modo residual da sua permanência na vida individual — o primeiro é erradicável e o segundo não. Embora ambos digam respeito ao ser espiritual do humano, uma e a outra formas localizam-se, do ponto de vista existencial, em regimes de sentido completamente divergentes, inconciliáveis e incomunicáveis, a saber: a melancolia no seu carácter essencial, no regime de sentido da «histeria de espírito»; no seu carácter residual, no regime de sentido da transparência.

Mais uma vez, não sendo possível desenvolver aquilo que está envolvido na compreensão de regime de sentido, é fundamental explicitar-se, mesmo que muito fugidamente, o que é que se quer dizer com a expressão. Regime de sentido designa, nomeadamente, o facto de a vida individual estar sempre dependente de um reconhecimento (habitualmente, tácito) daquilo que nela está em causa, do que a cumpre, e, como consequência disso, do que importa perseguir, de modo que o sujeito vive como que enquadrado, mergulhado na vida, em função de um conjunto de teses (sobre o que importa ou não importa na vida) que operam no ponto de vista (e do qual pode não ser — e, de facto, não costuma ser — consciente). Esta é uma indicação de teor exclusivamente formal, que admite uma enorme variação de conteúdos. O que importa vincar é que a vida está sempre dependente de um reconhecimento deste tipo, ainda quando, por estranho que pareça, se venha a reconhecer que o regime de sentido que se habita é inviável, inexecutável, absurdo, tendo o indivíduo a própria vida configurada

---

<sup>2</sup> KIERKEGAARD, 2006: 129.

como um mundo às avessas. Ora, ainda que haja uma imensa variabilidade material, os regimes de sentido possíveis para uma vida como a nossa são limitados: a melancolia, no seu modo essencial de ocorrência (como «histeria do espírito»), dirá respeito ao regime de sentido estético, do «eu humano», na expressão de Anti-Climacus; no seu carácter residual (como acontecimento de transparência), fará parte de um regime de sentido ético-religioso, do «eu teológico», também na expressão de Anti-Climacus.

Portanto, comece por explicitar-se brevemente o que se entende por estético e qual o significado da melancolia inscrita neste regime. Tal como o próprio nome o indica, o regime de sentido estético está dominado pela sensação, pelo corpóreo, pelo elemento «físico» do humano como composto «psicofísico». É esse um dos motivos pelos quais este também se pode chamar regime de sentido imediato. Uma das características deste regime de sentido é o modo como o sujeito que nele encontra inscrita a sua vida existe sob o domínio da disposição. Nele, a disposição — o modo como o sujeito se sente (ou seja, o elemento estético, precisamente) — configura a cada instante o seu panorama existencial, de tal modo que a forma como considera a vida, o olhar do indivíduo sobre a vida, o que diz sobre a «essência», as afirmações que profere sobre a sua «natureza» estão sempre e completamente na dependência do modo como o sujeito se sente, do efeito na disposição nele (a vida é boa, se o sujeito se sente bem e feliz; a vida é má, é negra, se se está triste) — quer dizer, a consideração que o indivíduo faz da vida ecoa sempre e fidelissimamente a disposição que, em cada caso, rege anonimamente aquela, pois o sujeito vive sob a sua batuta, está agarrado a ela. Ora, é exactamente isto que, no ponto de vista do Juiz Vilhelm, acontece com o indivíduo designado de A. E essa é, para o próprio A, a sua situação, pelo que pode dizer, em «Diapsalmata»: «Eu digo da minha mágoa o que os ingleses dizem da sua casa: a minha mágoa *is my castle*»<sup>3</sup>. O termo «Sorg», traduzido como mágoa, não é melancolia; no entanto, significa abatimento, peso anímico, e corresponde ao sentimento de alma dorida, todos eles momentos característicos da melancolia. Assim sendo, para efeitos da presente análise, tomar-se-ão as afirmações de A sobre a sua mágoa como aplicáveis à melancolia (que é, de resto, a disposição que domina, a par da do tédio, todas as suas anotações).

A melancolia é, como diz A, um castelo, o seu castelo. A imagem é muito elucidativa: evoca o carácter de isolamento da melancolia (e, na realidade, de qualquer disposição que impere sobre a vida de um indivíduo), e isto sob um duplo aspecto. Em primeiro lugar, ao sugerir que o sujeito da melancolia fica amuralhado em si mesmo, a sós com a sua melancolia, por assim dizer — de facto, o sujeito da melancolia (como de qualquer outra disposição que impere sobre a vida) tem o acesso à realidade mediado desta forma (e não de outra), não só de modo que tudo aquilo que é visto o é sob uma lente graduada pela melancolia, mas também no sentido de que o sujeito crê que é a sua

---

<sup>3</sup> KIERKEGAARD, 2011: 14.

melancolia que permite que ele veja a vida tal como ela «realmente é». E é este último traço que abre caminho para um segundo aspecto: a melancolia fecha o sujeito na consideração da vida para a qual (supostamente) lhe abre os olhos, de modo que o «castelo» da melancolia, além de isolar, se constitui como a posição a partir da qual se observa, alegadamente com a maior das acuidades, todo o território da existência. Por conseguinte, a melancolia como que fecha o indivíduo em si mesmo, por um lado, e, por outro lado, é sob o seu esporear que ele está convencido de saber a verdade acerca da própria vida, isto é, de ter uma autêntica representação do sentido da existência. Neste momento, não podemos ver os motivos pelos quais é assim. Diga-se apenas, e para esclarecer algo a que desde o início se tem vindo a fazer menção, que é exactamente neste carácter totalitário da melancolia que jaz o seu modo essencial de ocorrência. De acordo com o Juiz Vilhelm, esta forma de ocorrência da melancolia é «histeria do espírito». A expressão remete para a situação de exterioridade do indivíduo em relação a si mesmo — tal como se diz de uma pessoa histérica estar fora de si, também o melancólico está arredado de si próprio; consequentemente, o indivíduo melancólico, na compreensão do Juiz Vilhelm, vive na bizarra e contraditória circunstância de estar isolado, metido em si mesmo, fechado em si mesmo com a sua melancolia, amuralhado no interior dela, vivendo motivado por ela (ela é o seu «confidente íntimo» e «a mais fiel das amantes»<sup>4</sup>) e, ao mesmo tempo, de estar apartado de si, sem contacto com aquilo que de mais profundo há em si, isto é, com o espírito que há em si e que ele é (ainda que disso não saiba). De modo que o indivíduo melancólico, no sentido espiritual, está completamente metido na sua melancolia e, simultaneamente, fora de si — está muito próximo de si mesmo, mas é, na forma de proximidade que estabelece consigo, ao mesmo tempo opaco para si mesmo. Para exprimi-lo de um outro modo, ele vive a partir do coração da melancolia, mas não vive a partir do seu próprio coração.

Isto tem que ver com a eterna questão da consciência de si, que não pode ser aqui discutida: o indivíduo melancólico tem a percepção de si que é viabilizada pela sua melancolia, mas não tem, em sentido decisivo, consciência de si, justamente porque o espírito, que ele já é em si mesmo (a tal relação psicofísica que se relaciona a si mesma), ainda não é consciente de si num sentido determinante. Por conseguinte, a disposição da melancolia pode, dada a sua profundidade (ela é, afinal, o pressentimento da metamorfose), encaminhar-se no sentido da determinação espiritual da existência (que, como víamos inicialmente, é, na compreensão de Kierkegaard, aquela em que consiste o ser próprio do humano), não pode, todavia, conquistar essa determinação, pelo que mantém o indivíduo na opacidade correspondente ao distanciamento dessa situação (que o levaria a saber de si).

---

<sup>4</sup> KIERKEGAARD, 1997a: 29.

Ora, o Juiz Vilhelm não diagnostica meramente a situação de A, mas refere uma outra possibilidade de se encontrar na existência, uma possibilidade em que a melancolia assume um papel por completo secundário. A ser assim, a consideração da vida do indivíduo (ou seja, o regime de sentido em que se inscreve) deixa de estar dependente da melancolia, invadida, moldada por ela, por forma que o sujeito deixa de estar ancorado nela. Aquilo que está em causa é a constituição de um regime de sentido alternativo ao regime de sentido de A (o estético), é uma consideração da vida assente no regime de sentido ético-religioso ou que tem o «eu teológico» como eixo, para usar a formulação de Anti-Climacus em *A Doença para a Morte*: o si próprio que não só é espírito, no sentido imediato (como o é o indivíduo melancólico), mas que adquiriu a consciência de sê-lo, que tem consciência de si como espírito — que, por isso, e num sentido decisivo, caiu em si. Será apenas neste regime que o sujeito cumprirá realmente o seu destino, ao anular, no fundamental, a opacidade que é conatural à existência, e ao erradicar, no mesmo movimento, o carácter essencial (a natureza de carraça, dir-se-ia) da melancolia, ao estabelecer uma relação de transparência de si a si mesmo.

Naturalmente, isto supõe, em primeiro lugar, que a consciência só emerge no momento «teológico» do eu — o que não é nada claro, muito menos para o indivíduo essencialmente melancólico; além disso, não fica explicado o modo como ocorre a transformação de um regime de sentido em outro regime de sentido. Não podemos adentrar-nos neste ponto, mas podemos referir que isto só é possível porque a consciência de si (o «eu teológico») está comprometida com a transfiguração da compreensão de si do regime de sentido estético e pressupõe a referida metamorfose. A erradicação da melancolia, no sentido essencial, identifica-se com a remoção da obscuridade: em termos formais, esta destruição da obscuridade, ou o momento «teológico» do eu, identifica-se com ser-se «perante Deus», com o descansar na «potência que nos pôs», sendo desta categoria que, nos termos da obra de Kierkegaard, depende a constituição do si próprio como espírito — estar-se perante Deus é, assim, o que faz do indivíduo um ser consciente de si mesmo (é essa relação que corresponde ao movimento de constituição do indivíduo como espírito, ou seja, na sua identidade).

A constituição de transparência (ou da relação «perante Deus») supõe que o indivíduo, como síntese psicofísica, é, no plano ideal (psíquico), o mesmo que é no plano real, de modo que há unidade, do ponto de vista do sentido, entre a idealidade da vida e a condução dela (isto é, o sujeito vive como pensa). Mas isso era, justamente, o que estava impedido ao melancólico. E aqui há que introduzir mais um elemento característico da melancolia tomada na sua acepção essencial, e que foi até agora deixado de lado: o melancólico é aquele que tem sempre, de algum modo, a idealidade no exterior de si, e é esse o motivo pelo qual a vida dói; dito de outro modo, para o melancólico o ideal não é alcançável, não pode ser apropriado, e é essa a tese (ou uma das teses) que está pressuposta na sua consideração da vida (no seu regime de sentido).

Finalmente, ainda que o regime ético-religioso seja viável (algo que fica totalmente em aberto quanto à sua possibilidade), a melancolia não será, em qualquer caso, completamente erradicável, e isto devido ao pecado original, nos termos da antropologia kierkegaardiana: a melancolia é afastada para as margens da vida, para as «frangas» dela, mas não desaparece dela, podendo exercer algum tipo de influência sobre ela, porque à espécie humana inere uma falha ontológica insuperável. Ainda que não seja medularmente melancólico, o ser humano, porque não pode ser totalmente transparente para si mesmo, é algo melancólico, quer dizer, tem sempre, de algum modo, a determinação ideal fora de si, não a integra na perfeição, não é pura e simplesmente aquilo que pensa (ou seja, nunca executa cabalmente a ideia que tem para a sua própria vida, ainda que seja a ideia «certa», ou a ideia que torna a vida «viável»). Neste sentido — mas, note-se, apenas neste sentido — o homem é um ser intrinsecamente melancólico e, por esse motivo, sempre um pouco ambíguo, ou anda sempre adoentado.

## BIBLIOGRAFIA

- KIERKEGAARD, Søren (1997a) — *Søren Kierkegaards Skrifter*. København: Gads Forlag, vol. 2.  
 \_\_\_\_ (1997b) — *Søren Kierkegaards Skrifter*. København: Gads Forlag, vol. 3.  
 \_\_\_\_ (2006) — *Søren Kierkegaards Skrifter*. København: Gads Forlag, vol. 11.  
 \_\_\_\_ (2011) — *Adquirir a Sua Alma na Paciência dos Quatro Discursos Edificantes* (1843). Lisboa: Assírio & Alvim.

